

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 0002

Institui o Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências:

O Prefeito Municipal de Ponto Belo-ES, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DOS OBJETIVOS

Art 1º - Fica instituído o Fundo Municipal de Saúde que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de saúde executadas ou coordenadas pelo Serviço Municipal de Saúde que compreendem:

I- O atendimento à saúde universalizada, íntegra, regionalizada e hierarquizada;

II- A Vigilância Sanitária;

III- A Vigilância Epidemiológica e Ações de Saúde interesse individual e coletivo correspondentes;

IV- O Controle e a fiscalização das agressões ao meio ambiente, nele compreendido o ambiente de trabalho, em comum acordo com as Organizações competentes das esferas federal e estadual.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

SEÇÃO I

DA SUBORDINAÇÃO DO FUNDO

Art 2º - O Fundo de Saúde ficará subordinado diretamente ao Secretário Municipal de Saúde.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art 3º - São atribuições do Secretário de Saúde estabelecer política de aplicação dos recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde.

II- acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Saúde;

III- submeter ao Conselho Municipal de Saúde o Plano de aplicação a cargo do Fundo, em consonância com o Plano Municipal de Saúde e com Lei de Diretrizes Orçamentarias;

IV- submeter ao Conselho Municipal de Saúde as demonstrações mensais de receitas e despesas do Fundo;

V- encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações do inciso anterior;

VI- subdelegar competência aos responsáveis pelos estabelecimentos de prestações de saúde que integram a Rede Municipal;

VII- assinar cheques com o responsável pela Tesouraria quando for o caso;

VIII- ordenar empenho e pagamentos das despesas do fundo;

IV- firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos juntamente com o Prefeito, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo.

SEÇÃO III

DA COORDENAÇÃO DO FUNDO

Art 4º - São atribuições do coordenador do fundo:

I- preparar as demonstrações mensais da receita e despesa a serem encaminhadas ao Serviço Municipal de Saúde;

II- manter os controles necessários à execução e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do fundo;

III- manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga no Fundo;

IV- encaminhar a contabilidade geral do Município.

a)- mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas;

b)- trimestralmente, os inventários de estoques de medicamentos e de instrumentos médicos;

c)- anualmente, o inventário dos bens móveis e imóveis e balanço geral do fundo.

V- firmar, com o responsável pelos controles da execução orçamentaria, as demonstrações mencionadas anteriormente;

VI- preparar os relatórios de acompanhamento da realização das ações de saúde para serem submetidas ao chefe do Serviço de Saúde;

VII- providenciar, junto a contabilidade geral do Município, as demonstrações que indicam a situação econômico-financeira geral do Fundo Municipal de Saúde;

VIII- apresentar ao Secretário Municipal de Saúde a análise e a avaliação da situação econômico-financeira do Fundo Municipal de Saúde detectada nas demonstrações mencionadas;

IX- manter os controles necessários sobre convênios ou controle de prestação de serviços pelo setor privado e dos empréstimos feitos para a Saúde;

X- encaminhar mensalmente, ao Secretário de Saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pelo setor privado na forma mencionada no inciso anterior,

XI- manter o controle a avaliação da produção das unidades integradas da rede Municipal de Saúde;

XII- encaminhar mensalmente, ao Secretário de Saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pela rede Municipal de Saúde.

SEÇÃO IV DOS RECURSOS DO FUNDO

SUBSEÇÃO I DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art 5º - São receitas do Fundo:

I- as transferências oriundas do orçamento da Seguridade Social, como decorrência do que dispõe o art. 30, VII da Constituição da República;

II- os rendimentos e os juros provenientes de aplicação financeiras;

III- o produto de convênios firmados em outras entidades financeiras;

IV- o produto de arrecadação da taxa de fiscalização sanitária e de higiene, multas e juros de mora por infrações ao Código Sanitário Municipal, bem como parcelas arrecadadas de outras taxas já instituídas e daquelas que o Município vier a criar;

V- as parcelas do produto da arrecadação de outras receitas próprias das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Município tenha direito a receber por força da lei e de convênios no setor;

VI- doações em espécies feitas diretamente para este Fundo;

§1º- As receitas descritas neste artigo, serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de critério;

§2º- A aplicação de natureza financeira depender:

I- da existência de disponibilidade em função cumprimento de programação;

II- da prévia aprovação do Secretário Municipal de Saúde.

SUBSEÇÃO II DOS ATIVOS DO FUNDO

Art 6º - Constituem Ativos do Fundo Municipal de Saúde:

I- disponibilidade monetária em bancos ou em caixa especial oriundas das receitas específicas;

II- direitos que por ventura vier a constituir;

III- bens e imóveis que forem destinados ao sistema de saúde do Município;

IV- bens móveis ou imóveis doados, com ou sem ônus destinados ao sistema de Saúde do Município;

V- bens móveis ou imóveis destinados à administração do sistema de Saúde do Município;

PARÁGRAFO ÚNICO - anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao Fundo.

SUBSEÇÃO III DOS PASSIVOS DO FUNDO

Art 7º - Constituem Passivos do Fundo Municipal de Saúde as obrigações de qualquer natureza que por ventura o Município venha a assumir para a manutenção e o funcionamento do Sistema Municipal de Saúde.

SEÇÃO V DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

SUBSEÇÃO I DO ORÇAMENTO

Art 8º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamental, observados o plano plurianual e a Lei Diretrizes Orçamentais e os princípios da universalidade e do equilíbrio;

§1º- O orçamento do Fundo Municipal de Saúde integrará o orçamento do Município, em obediência ao princípio da unidade;

§2º- O orçamento do Fundo Municipal de Saúde observar-se-á, na sua elaboração e na execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

SUBSEÇÃO II DA CONTABILIDADE

Art 9º - A contabilidade do Fundo Municipal de Saúde tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentaria do Sistema Municipal de Saúde, observados os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

Art 10º - A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções e controle prévio concomitante e subsequente e de informar, inclusive de apropriar e apurar custos dos serviços e, conseqüentemente, de concretizar o seu objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art 11º - A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.

§ 1º- A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços;

§ 2º- Entende-se por relatórios de gestão os balancetes mensais de receitas e de despesas do Fundo Municipal de Saúde e demais demonstrações exigidas pela Administração e pela legislação permitidas.

§ 3º- As demonstrações e os relatórios produzidos.

SEÇÃO VI DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

SUBSEÇÃO I DA DESPESA

Art 12º - Imediatamente após a promulgação da Lei do Orçamento, o Secretário Municipal de Saúde aprovará o quadro de

contas trimestrais, que serão distribuídas entre as unidades executoras do Sistema Municipal de Saúde.

PARÁGRAFO ÚNICO- As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite fixado no orçamento e o comportamento de sua execução.

Art 13º - Nenhuma despesa será realizada sem a necessidade de autorização orçamentaria.

PARÁGRAFO ÚNICO- Para os casos insuficiências e omissões orçamentarias poderão ser utilizadas por Lei e aberto por Decretos do Executivo.

Art 14º - A despesa do Fundo Municipal de Saúde se constituirá de:

I- financiamento total ou parcial de programas integrados de saúde desenvolvidos pela Secretaria e com ela conveniados;

II- pagamento de vencimentos, salários, gratificação ao pessoal dos órgãos ou entidades de administração direta ou indiretamente que participe da execução das ações previstas no art. 1º da presente.

III- pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito privado para execução de pagamento ou projetos específicos no setor de Saúde, observando o disposto § 1º do art. 199 da Constituição Federal;

IV- aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

V- construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para adequação da rede física de apresentação de serviços de saúde;

VI- desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de saúde;

VII- desenvolvimento de programa de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em saúde;

VIII- atendimento a despesas diversas, em caráter urgente e inadiável, necessários à execução das ações e serviços de saúde mencionados n art. 1º da presente Lei.

SUBSEÇÃO DAS RECEITAS

Art 15º - A execução orçamentaria das receitas se processarão através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

Art 16º - O Fundo Municipal de Saúde terá vigência ilimitada;

Art 17º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Janeiro de 1997.



**JAIME SANTOS DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL**